

Motta defende extinção das férias

A extinção do recesso parlamentar proposta pelo vice-presidente da Câmara, deputado Adylson Motta (PPR-RS), estabelece o funcionamento do Congresso durante todo o ano, mas diluído mensalmente. O atual regimento permite a paralisação das atividades legislativas por três meses — em julho e no período de 16 de dezembro a 15 de fevereiro. Pela sugestão de Motta, o parlamentar será obrigado a ficar em Brasília, pelo menos, 20 dias no mês, para acompanhar as votações em plenário e a discussão de outros projetos nas comissões técnicas. Os outros 10 dias restantes serviriam para o parlamentar atender a seus compromissos junto às bases eleitorais.

O deputado entende que este tipo de opção traria os resultados imediatos na agilização dos trabalhos. Outra importante vantagem, na concepção de Motta, é a possibilidade de acabar com a convocação extraordinária do Congresso, "que sempre acarreta custos para os co-

fres públicos", salienta o deputado. A proposta deverá ser analisada, ainda, pelo presidente do Congresso, senador Humberto Lucena. Neste ponto, começa a polêmica. Lucena é contrário à tese, "em princípio".

Segundo o senador, a medida seria inédita, pois "todos os parlamentares do mundo contam com o recesso". Como outro argumento, ele cita o Legislativo da França, cujo recesso é de quatro meses. O senador entende que o meio mais adequado para este tipo de discussão será na revisão constitucional. Lucena é favorável à mudança dos períodos de recesso e lembra sua proposta apresentada há mais de dois anos, tendo como justificativa os meses de maior secura na capital federal. "Ao invés de julho, seria em agosto", ressalta.

O líder do PMDB, deputado Genebaldo Correia, acha injusto os congressistas terem três meses de férias, quando o trabalhador brasileiro tem apenas um mês. "Esta

mudança eu aprovo". Para ele, este tipo de vantagem contribui na imagem negativa do Congresso. Genebaldo não concorda, no entanto, com a proposta do vice-presidente da Câmara, por considerar a sua mais viável. O projeto do líder peemedebista estabelece uma semana dedicada pelos parlamentares só às comissões. Outra, para trabalho em conjunto. A terceira, para sessões deliberativas e a quarta ficaria livre.

O deputado Eduardo Jorge (PT-SP) considera "xiitas" todas as propostas. Ou seja, resguardam os interesses do Congresso. O parlamentar acredita que deixar a Câmara sem atividade durante 10 dias é "impossível". Para ele, o esquema atual pode ser mantido, "desde que apertando com rigor a presença dos deputados nas terças, quartas e quintas-feiras". Se isto não ocorrer, a melhor medida, segundo Eduardo Jorge, é obrigar o desconto automático dos salários. (S.B.)

